

A MEMÓRIA POLÊMICA DA NOÇÃO DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A ÁREA DE INFORMAÇÃO¹

THE POLEMICAL MEMORY OF THE NOTION OF INFORMATION SOCIETY AND ITS RELATION WITH THE FIELD OF INFORMATION

Lídia Silva de Freitas²

Resumo

O artigo aborda a noção de Sociedade da Informação, muito utilizada pela área de informação (Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia) ao contextualizar histórico-sociologicamente as práticas de informação na contemporaneidade. Busca suas origens históricas, seus fundamentos teóricos e analisa suas relações com o campo informacional, apontando os envolvimento políticos da trajetória histórica desta noção.

Palavras-chave

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
INFORMAÇÃO E POLÍTICA
NOVA ORDEM INFORMATIVA INTERNACIONAL
CONTEXTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA INFORMAÇÃO

*A preocupação em não nos inscrever no
que chamam de “visão conspiracionista da história”
pode impedir que reconheçamos as agendas estratégicas
dos que têm poder para implementá-las.*
(José Luís da Costa Fiori, em palestra na UERJ em 12.09.00)

INTRODUÇÃO

Neste artigo nos debruçamos sobre noção amplamente utilizada no que aqui designamos como *área de informação* – Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia – e

¹ Revisão realizada para pesquisa de tese junto à [instituição omitida], 2001, com bolsa da CAPES.

² Doutora em Ciência da Informação – USP. Professora Adjunto do Departamento de Ciência da Informação - UFF

que vem justificando o que costuma se chamar de as "novas tarefas" dos fazeres teóricos e práticos de seus cientistas e profissionais. Esta noção é a de Sociedade da Informação (daqui em diante SI), que vem predominantemente nomeando o *novo tempo*, tão caro aos discursos da área a partir de meados da década de 80. Buscamos tanto apontar suas origens quanto tocar em alguns de seus pressupostos. Pretendemos com isso situar historicamente e compreender, ao menos em parte, os processos sócio-históricos que nos últimos anos permearam os deslizamentos, apagamentos, recobrimentos, dessignificações e a emergência de novos sentidos nos discursos da área sobre a informação e seus profissionais.

Tocamos em parte da luta política pelos sentidos e pela memória, entendida como “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regulamentação... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos”. (PÊCHEUX, 1999, p. 56)

A história aqui relatada é recente e por isso poderia pertencer à memória-lembrança de muitos leitores deste trabalho, mas pensamos que deve ser contada como novidade, tão empurrada que foi para a memória-esquecimento pelos novos sentidos.

Sobre a memória polêmica dos discursos, Maingueneau (1993) afirma: “As diversas memórias polêmicas recorrem a um tesouro cujas linhas de partilha são incessantemente deslocadas. Quando um discurso novo emerge, ele faz emergir com ele uma redistribuição destas memórias” (MAINGUENEAU, 1993, p. 125).

Inicialmente apresentamos uma revisão da literatura sobre as origens da noção de SI, assim como sobre seu uso pela área de informação. De caráter mais ensaístico, há uma interpretação das filiações históricas dos sentidos que vêm cercado a noção de informação nos debates internacionais, assim como a participação da área de informação no movimento histórico destes sentidos.

A ORIGEM DO TERMO

Duff et al. (1996, p. 117) buscaram a primeira referência à expressão *sociedade da informação*, em tentativa de dar crédito a quem a cunhou ou, como preferem, inventou. Estranham que tão influente *descriptor societal* não tenha sua origem bem esclarecida, alguns considerando que a expressão foi cunhada por cientistas norte-americanos e outros situando tal primazia na comunidade acadêmica japonesa.

Aqueles que abordam a expressão como norte-americana creditam seus fundamentos ao relatório de Machlup de 1962, partindo do pressuposto de que ela estava implícita em suas análises apesar de não ter sido enunciada dessa forma. Duff *et al.* analisam que ver a expressão indústria do conhecimento como sinônimo de SI implicaria as identidades *indústria/sociedade* e *conhecimento/informação*, o que é indefensável. Outros citam trabalho de Parker e Porat apresentado em conferência da OCDE em 1975 como primeira aparição da expressão. Mas os autores mostram que Bell (1977), em seu livro de 1973 já havia citado SI para declinar de seu uso, por considerar que a noção não cobria a complexidade de características da sociedade que sua prospectiva delineava. Esta rejeição mostra que a expressão já era corrente. Curiosamente – mas não por acaso, como veremos a seguir –, o primeiro uso nos EUA foi feito pela *American Society for*

Information Science (ASIS), que realizou reunião anual com o tema *The Information Conscious Society* em 1970.

Outros autores, ao creditar a estudiosos japoneses a cunhagem da SI, apontam como seu autor Yujiro Hayashi, que em 1969 assessorou o governo de seu país em dois relatórios sobre a SI. No mesmo ano publicou o livro **The Information Society: from hard to soft**. Mas em 1963 Jiro Kamishima lançou suas idéias em artigo no periódico **Hoso Asahi**, desencadeando um *boom* desta questão no Japão. Nos registros de debate em que esse autor afirma que seu país passou a ser uma sociedade da indústria da informação, os editores do *Hoso Asahi* nomearam o artigo, em 1964, como *Sociologia em Sociedades de Informação*. Entre 1964 e 1966 esse mesmo periódico publicou uma série de artigos sobre o tema. Masuda, em 1968 publica o livro **Introdução à Sociedade da Informação**, precursor do famoso **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial**, (/1980/). A expressão e seus conteúdos se tornam tão disseminados no Japão que em 1971 é publicado um dicionário sobre a temática.

Então, quanto à expressão propriamente dita, Duff *et al.* a creditam ao corpo editorial do periódico japonês que a utilizou pela primeira vez, *catequizando uma época*, como dizem os autores.

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Mas quais os fundamentos dos que afirmam a existência da SI? Que críticas vêm sendo tecidas quanto a esses fundamentos?

Webster (1994), em artigo que resume livro publicado em 1995, analisa os critérios em que os teóricos da SI se baseiam para afirmar que há transformações suficientes em determinadas sociedades que justifiquem uma nova denominação. Os critérios utilizados por diferentes autores são: tecnológicos, econômicos, ocupacionais, espaciais e culturais. De cada um deles, Webster analisa criticamente as formas de identificação das marcas que permitiriam concluir se uma determinada sociedade é uma SI.

Para os que se baseiam no **âmbito tecnológico**, os sinais da mudança são basicamente pautados no desenvolvimento e ampliação do uso de tecnologias de processamento, estocagem e transmissão da informação, com crescente poder de processar informações em variadas atividades no seio da sociedade e com convergência com tecnologias de telecomunicação. Essa escola da SI inclui desde futurologistas mais superficiais e populares até sérios membros da academia que seguem a escola econômica neoschumpeteriana. Os autores dessa corrente baseiam suas afirmações em dados estatísticos que mostram a disseminação e usos destas tecnologias, que identificam como vetores de um novo paradigma tecnocientífico. Webster desqualifica este critério demonstrando que descrições quantitativas não justificam alegações sobre mudanças qualitativas na sociedade e que, ao conceder à tecnologia um papel tão destacado nas transformações sociais, seus adeptos terminam por incorrer no determinismo tecnológico, abordando de maneira simplista os processos sociais de mudanças (WEBSTER, 1994, p. 3-6).

Quanto aos autores que se baseiam em **critérios econômicos**, como Machlup (1962), Drucker (1969) e Porat (1977), Webster, além da mesma crítica ao quantitativismo que fez à corrente anterior, levanta, como fazem vários autores, questões sobre os critérios de

exclusão e inclusão nas categorias que estes autores agregam para demonstrar as mudanças que afirmam ocorrer na economia. Além disso, ou por isso, as tendências estatísticas de Machlup não se confirmaram em estudo posterior que utilizou seus próprios critérios para verificar a concretização de suas projeções. Este estudo mostra que o que chamaram de indústria do conhecimento cresceu em participação no PIB dos EUA muito menos do que o previsto, estagnando-se a partir de 1970 (WEBSTER, 1994, p. 6-8).

O **critério ocupacional** usado por vários autores para verificar a emergência da SI indica que, se a maioria dos trabalhadores de um país estiver ocupando cargos ligados ao que chamam de trabalho informacional, esta sociedade teria se tornado uma SI. Para os que se utilizam deste critério, analisando a proporção entre os setores que empregam a força de trabalho, novamente Webster aponta contradições e inconsistências (também afirmadas por outros autores) nos critérios de distribuição dos postos por categorias, especialmente quanto ao que incluir em *trabalho informacional*. (WEBSTER, 1994, p. 8-11)

Já o **critério espacial** envolve análises econômicas e sociológicas, para as quais o traço distintivo da SI repousaria no parâmetro do espraiamento geográfico de redes de informação, que envolveriam mudanças nos marcos espaço-temporais de variadas atividades sociais. Estas redes forneceriam a infra-estrutura para que as atividades econômico-financeiras se estendessem para além das fronteiras nacionais e facilitariam a integração regional e global. Nesta abordagem, a centralidade de auto-estradas eletrônicas de informação não tem tido contrapartida de sua comprovação pela medição dos fluxos informacionais. Além disso, Webster alega que a constituição de vias informacionais não é fato recente, de há muito tornando impensáveis variadas atividades sociais sem elas: serviços postais, telefone, telégrafo etc. O reconhecimento da aceleração dos processos hoje disponíveis não implica a constituição de uma *nova sociedade*, o que leva o autor, novamente, a indagar pelos critérios de transmutação analítica de quantidade em qualidade. (WEBSTER, 1994, p. 12-14)

Os autores que baseiam sua análise da SI em **critérios culturais**, o fazem sobre o reconhecimento de que há uma extraordinária expansão do conteúdo informacional na vida cotidiana em algumas sociedades, sendo sua cultura manifestamente mais ligada a informações que outras. Webster, como nós, considera que a escola pós-moderna, ainda que elaborando boas descrições da cultura contemporânea, aponta mais para mudanças de grau de intercâmbio simbólico do que mudanças qualitativas que possam caracterizar outro *tipo* de sociedade.

Em Webster, a crítica da quantificação nas teorias sobre a SI não está só em seus problemas técnicos e em seus critérios. Mas na questão mais geral de que, em que ponto da *quantidade* a diferença passa a ser de *qualidade*? Aborda autores que, como Schiller (1984) e Harvey (1992), qualitativamente vão buscar indícios de mudanças ou permanências em aspectos diversos situados para além das relações sociais, como as relações de poder e as relações de produção, terminando por concluir que, apesar das "fulgurantes" características que os autores da SI listam, o que as sociedades dos países centrais vivenciam é o avanço do capitalismo internacional, não havendo nada radicalmente novo que justifique novas teorias. Webster, com Rozsak (1988), observa ainda que a ênfase em "informação", na forma genérica e quantitativa das abordagens da SI, nivela informação/conhecimento/sabedoria, verdade e falsidade, esvaziando a

importância dos possíveis significados ou conteúdos semânticos da informação, reforçando o conceito de informação de Shannon de 1949.

Para além das questões apresentadas por Webster, apresentaríamos outras: houve transformações importantes nos fundamentos da atual acumulação capitalista quanto às instâncias de geração do valor? (FREITAS, 1998) Se a SI é inevitável, ou mesmo fato consumado, porque tantos esforços nacionais e internacionais para implementá-la?

De qualquer forma, o discurso da SI seguiu e segue se firmando na área de informação, tanto internacionalmente quanto no Brasil.

A ÁREA DE INFORMAÇÃO E A NOÇÃO DE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Na literatura de CI é comum encontrarmos referências à noção de sociedade da informação (daqui em diante, SI) como oriunda dos trabalhos de Machlup (1962) – em estudo que afirma que a produção de conhecimento tinha crescente papel na economia dos EUA –, de Bell (1973, aqui edição de 1977) – em obra que traça as características de uma tendencial sociedade pós-industrial – e de Porat (1977) – em estudo que busca as bases para uma economia da informação –, abordados como os precursores da teoria da SI. (ARAÚJO, 1996) Mas, apesar do grande uso da noção de SI pela área em foco, sua literatura nem sempre se dedica a explicitá-lo em seus fundamentos teóricos.

No âmbito internacional, dispomos de duas fontes para a análise da importância da concepção de SI na área de informação. Tomemos a primeira fonte.

Duff (1995) utilizou o que chama de *bibliometria on line* para pesquisar a veracidade da afirmação de que a concepção de SI constitui um novo paradigma científico. Para tanto, desenvolveu buscas sistemáticas em bases de dados que cobrem a literatura da área de informação, ciências sociais, engenharia e humanidades (ISA, Social Scisearch, INSPEC e Arts & Humanities Search). Sua busca ateu-se aos títulos dos artigos de periódicos cobertos por aquelas bases, de 1984 a 1993 inclusive, abarcando período de 10 anos. Para o período, o autor encontrou 120 referências, sem duplicação de artigos, em 84 diferentes periódicos, onde a terceira maior concentração de artigos com SI no título eram de **Journal of Information Science**.

Duff (1995) observa que o *autor típico* de artigo sobre SI é “membro da academia norte-americana de departamento de biblioteconomia e estudos da informação ou comunicação”. Afirma que a maior parte dos títulos demonstra a aceitação da noção de SI e que esta aparece indicando o contexto onde se desenvolvem determinadas temáticas de informação, sendo a construção mais comum “[determinado tema] na sociedade da informação”.

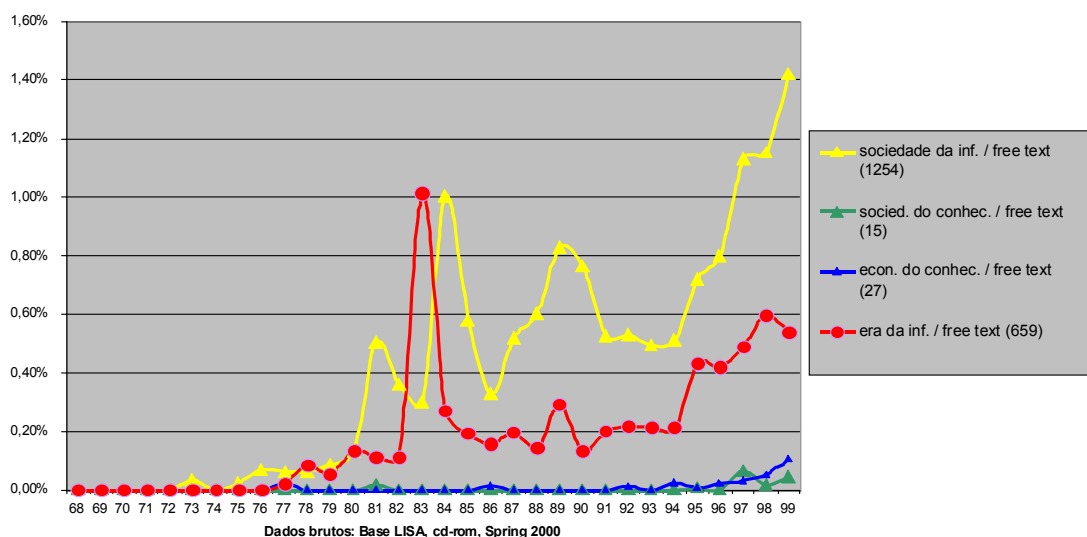
Mostra que, pelos seus usos, SI funciona como teoria da história (da era industrial para a era da informação); teoria econômica (informação como fator de produção e recurso estratégico); e teoria sociológica (estratificação social emergente baseada no acesso a bens e serviços informacionais). (DUFF, 1995, p. 393) Constata que a menor parte dos usos é de forma crítica, sendo que mesmo neste grupo há a aceitação da noção, rejeitando apenas alguns de seus *impactos*.

No **Gráfico 1** apresentamos os resultados a que chegamos analisando as entradas da Base Bibliográfica LISA, que agrega parte significativa da produção textual da área de

informação no mundo. Buscamos nos campos **título**, **assunto** e **resumo**, além da expressão *sociedade da informação*, a frequência de *sociedade do conhecimento* – muitas vezes utilizada como sinônimo ou desdobramento de SI – e outras expressões que nomeiam os "novos tempos".

Gráfico 1

Literatura internacional - Frequência de novas denominações Histórico-sociológicas: Sociedade/Era da Informação/Conhecimento



Nota-se a progressiva utilização de tal representação histórico-sociológica na produção da área, o que também mostramos em números absolutos na **Tabela 1**.

TABELA 1

LITERATURA DA ÁREA DE INFORMAÇÃO - BASE LISA Frequência anual da utilização da expressão *Sociedade da Informação* em números absolutos – 1968/1999

Ano	Campo Assunto	Todos os campos	Total de registros no ano	Ano	Campo Assunto	Todos os campos	Total de registros no ano
1975 *	-	1	4041	1988	2	38	6313
1976	-	3	4309	1989	1	57	6862
1977	-	3	7781	1990	3	52	6791
1978	-	3	4856	1991	2	37	7029
1979	-	5	5716	1992	3	39	7341
1980	-	8	6067	1993	2	51	0297
1981	1	31	6151	1994	9	65	12679

<i>Sociedade da Informação</i>	1	-	2	1	13	4	2	1	1	5	3	7	6	13	13	8	15
<i>Sociedade do Conhecimento</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	-	2	2
Total de registros/ano	9569	15858	16605	18623	19743	22577	22500	23520	26054	27301	27236	28831	30445	32473	33424	22255	18716

* Primeira ocorrência da expressão na Base.

Dados brutos: ECONLIT JUN. 2000 (www.cdrompro.com.br/ufrrj)

Notamos que a área de ciências econômicas pouco se debruça sobre tal noção, além de tê-la começado a utilizar tardiamente, se comparamos seu uso com o da área de informação.

Neste ponto, algumas reflexões se impõem: uma área do conhecimento que assume sua interdisciplinaridade como a de informação, entre outros fatores, por reconhecer que deve ser caudatária das teorias das áreas econômica, sociológica, antropológica etc., para dar conta científica e operacionalmente das práticas informacionais, como pode abraçar predominantemente idéias que nestas áreas de origem estão longe de ser majoritárias e que suscitam muitos debates? Vemos que a área de informação tomou a dianteira histórica do processo de incorporação e reprodução desta noção já na década de 70. Qual a razão dessa primazia e como ela se constituiu? Como se construiu o espaço político-ideológico para o grande movimento internacional de governos e empresas – com o auxílio de membros da academia – para o que vem se chamando de implementação da sociedade da informação no mundo?

A MEMÓRIA POLÊMICA DA PROPOSTA POLÍTICA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Podemos iniciar a "reconstituição" da memória polêmica de nosso discurso-objeto na década de 70, na qual coincidiram tanto a ascensão do debate internacional sobre a informação quanto as primeiras referências na área de informação aos *novos papéis* da informação na sociedade. Pensamos que tal concomitância não se tratou de simples coincidência. O reconhecimento do papel estratégico da área de informação na política da memória faz com que o investimento na disseminação do termo e das idéias de SI entre os profissionais e cientistas da informação e sob direção da ASIS e da *American Library Association* (ALA) não nos surpreenda. A ASIS tomou a dianteira na adoção e divulgação da concepção de SI não apenas na escolha do tema do encontro de 1970, já citado, como também publicou a primeira grande sistematização do tema para a área de informação, via *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), publicado pela ASIS desde 1966.

O Estado norte-americano – importante *superfície institucional de emergência* (FOUCAULT, 1997) da Ciência da Informação (FREITAS, 2001) – desde a Segunda Guerra Mundial passa a tratar da temática da informação como um fator estratégico crucial. Pinheiro (2000), sobre a influência dos governos dos EUA sobre a área, afirma:

Um exemplo da decisiva participação do governo [dos EUA nas ações de informação] é a publicação do ARIST – Annual Review of Information Science and Technology e dos estudos (artigos de revisão) nele disseminados, muitos dos quais por interesse do governo, em áreas prioritárias de informação (PINHEIRO, 2000)

O ARIST, como publicação de revisão – literatura científica superformal, identificadora de frente de pesquisa, considerada filtro de qualidade da literatura (CHRISTÓVÃO, 1979) – tem por finalidade divulgar revisões da literatura consideradas relevantes em aspectos da informação assumidos pela ASIS como focos da atenção da área, por vezes lança temática, "construindo" a área. Sua influência internacional na área de informação é inegável. O mesmo ocorrendo no Brasil, como comprova estudo de Rodrigues (1981).

O lançamento do tema da SI no ARIST foi em texto de Parker de 1973, que claramente não constituía uma revisão da literatura da área pois apenas três fontes eram oriundas dela. Sob o título *Informação e Sociedade*, o autor retoma, em versão reduzida, questões do seu relatório à *National Commission on Libraries and Information Science* dos EUA. Baseando-se nos dados de Machlup (1962), afirma a emergência de uma *sociedade pós-industrial* ou *sociedade do conhecimento*. Parker expressa muitas preocupações com a perda da hegemonia norte-americana, *o declínio relativo dos EUA como potência mundial*, citando textos de economistas e teóricos de política internacional. É interessante observar via este texto o investimento político sobre os profissionais e sobre a reflexão da área de informação. Cita também fonte japonesa editada pelo Instituto Japonês para o Desenvolvimento do Uso do Computador, de 1972.

A ALA igualmente empenhou-se junto a seus membros por sua adesão às novas noções. Em reunião preparatória para seu encontro anual de 1977 um extenso grupo de seus membros – cerca de 1500 – participou de dinâmica de grupo sobre a SI e as "novas tarefas" dos bibliotecários neste contexto. No texto que relata as discussões encontramos:

A sociedade pós-industrial é a sociedade da informação. [...] Isto é hoje, não no futuro. [...] O conceito de sociedade pós-industrial filtrou-se em nossas consciências e encontrou solo fértil. A longa discussão não estruturada em fluxo livre sobre a mudança tecnológica e a multiplicidade de seus possíveis efeitos e implicações e seu poderoso presságio sobre o futuro, levou-nos a aceitar a percepção que os que controlam a tecnologia irão controlar o futuro da América. (ALA, 1978, p. xi, xvi e xvii)

Esta reunião preparatória baseou-se em diversos textos sobre o tema e contou com a participação de autoridades governamentais, com muitas promessas de financiamentos para atividades ligadas à biblioteconomia. Dentre os *provocative papers* do encontro destacaram-se os textos de Bell (1977), Parker do ARIST (1973), Drucker e Servan-Schreiber (1968), além do *white paper* japonês intitulado **O Plano para a Sociedade da Informação – uma meta nacional para o ano 2000**. Este plano recomenda um grande desenvolvimento centralmente planejado do que chama de SI. A meta do plano é manter o crescimento do PIB em 10% ao ano, contra os 7% dos EUA, com sua política de *laissez-faire* em termos de investimento em informação. (ALA, 1978, p. xvii) De acordo com o relato, muitos dos cerca de 1.500 participantes *sairam* [da reunião] *indicando que tinha sido uma experiência impressionante*. (ALA, 1978, p. xix)

Na base LISA encontramos a primeira referência à SI em 1975, em livro no qual Aines (1975) cita texto de 1970 do mesmo Instituto Japonês para o Desenvolvimento do Uso de Computadores, também fonte de Parker (1973). Note-se a ligação entre os discursos da SI com campanhas de divulgação de interesses **industriais**.

Mas por que tamanho investimento? Finlay, em texto de 1983, já analisava enunciados caros ao discurso da *era da informação*, sob os ângulos do poder e do controle nele inscritos. Alertava para o fato de que suas declarações, tanto sociológicas quanto formuladas por instâncias governamentais, não são *inocentes*. Com o fim da sociedade industrial estariam superados seus problemas sociais, suas desigualdades e suas promessas não cumpridas.

Não é coincidência que Bell seja responsável tanto pela declaração segundo a qual estamos na era da informação (ou sociedade pós-industrial), como também pela declaração segundo a qual presenciamos “o fim da ideologia”. Ambas as declarações nos obrigam a voltar as costas à história e a considerar as promessas da era eletrônica [...]. (FINLAY, 1983, p. 36)

Outra significativa observação da pesquisadora é a de que os enunciados da SI mais *evocam* do que analisam o seu referente. Os interesses políticos e econômicos transparecem em vários destes discursos, mostrando como faz-se necessário conquistar a opinião pública – na qual os profissionais da informação são importantes como agentes informacionais – para respaldar o crescimento do único setor que parecia garantir a retomada da acumulação dos países centrais. Confirmando esta hipótese encontramos em Williams e Mills (1986) interessante relato das razões que levaram os dirigentes das 7 maiores potências mundiais a encomendar uma pesquisa mundial sobre a aceitação das novas tecnologias.

Para a Conferência de Versailles, a revitalização da economia mundial depende em grande medida da exploração do desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso, cada país necessitaria criar as condições econômicas, sociais e culturais que permitam o desenvolvimento e florescimento destas [novas] tecnologias. Para isso, foi instituído um grupo de trabalho que afirmou: “O destino de nossas inovações científicas e tecnológicas é grandemente uma função da disposição do público em aceitá-las. É necessário dar mais atenção ao problema da aceitação pública das novas tecnologias (WILLIAMS; MILLS, 1986)

O contexto norte-americano da formulação e espraiamento – como vemos, nada autônomo – da concepção de um *novo tempo* na forma de SI, *Sociedade do Conhecimento* etc. foi de extremos reveses nos campos econômico e militar. A década de 70 apresentou muitos desafios para as políticas interna e externa dos EUA, envolvendo séria crise de sua hegemonia junto ao bloco capitalista, que vinha sendo mantida desde o final da Segunda Guerra.

É nessa situação histórica que a construção discursiva dos *novos tempos* se instaura e ganha corpo. E dentre os setores acadêmicos, a área de informação congrega, como constatamos, parte significativa da sociedade de discurso onde circulam as noções ligadas

aos *novos tempos*.³ Nesta nova discursividade a Ciência da Informação assumiu importante papel de legitimação e divulgação, fornecendo as bases para uma transformação do valor "direito à informação" no valor "economia da informação". Sua tradição na atuação de otimização de fluxos (FROHMANN, 1995) para fins econômico-militares auxiliou em sua pronta adesão majoritária às teorizações da gestão privatizante.

A LUTA INTERNACIONAL PELOS SENTIDOS DE "INFORMAÇÃO"

No traçado da memória polêmica da concepção de SI não podemos deixar de relatar os debates internacionais que acompanharam ou mesmo forjaram sua atual feição.

Na conjuntura internacional já citada da década de 70, a correlação de forças nos organismos internacionais se transformava. Após o acelerado processo de descolonização das décadas de 60 e 70, houve mudanças no quadro de forças das duas potências da Guerra Fria. A chamada "Terceira Força", formada pelos países periféricos – que se constituiu a partir de 1964, com a primeira reunião do Grupo dos 77, que em 1985 havia se expandido para cerca de 130 países – em 1974 lança a idéia da necessidade do estabelecimento de uma *Nova Ordem Econômica Internacional* (NOEI) (POERNER, 1985), tanto em organismos do sistema ONU, quanto em novos organismos que se fortaleciam, como o *Movimentos dos Países Não-Alinhados*. Logo esses países constataram o grande peso da comunicação e da informação na manutenção ou na transformação das relações internacionais, criando as bases do movimento que passou a propugnar por uma *Nova Ordem Informativa Internacional* (NOII).

Algumas das constatações sobre a situação internacional no campo da comunicação e informação que emergiram de seus debates foram: o desequilíbrio entre os países centrais e os periféricos no fluxo de informação, com o domínio dos primeiros; os países periféricos possuem recursos inadequados para distribuição tanto interna quanto externa de informação, muitos deles dependendo dos países centrais para suprir-se de informação; os países centrais controlam mais de 90% do espectro de radiofrequência; os países centrais são indiferentes às necessidades dos países periféricos e tratam a informação apenas na perspectiva de mercadoria; há escassez de informação sobre os países periféricos que não seja em temas sensacionalistas como fome, guerras etc, veiculadas pelos meios de comunicação transnacionais que filtram a informação internacional; o sistema de informação vigente perpetua uma forma de colonialismo político, econômico e cultural; o monopólio virtual das instituições de comunicação mundiais pelos países centrais faz com que eles possam transmitir o que querem sem observar os desejos e necessidades dos que recebem as informações, além de envolver variadas formas de propaganda direta. (SURPRENANT, 1985; UNESCO, 1987)

Algumas propostas do movimento por uma NOII: dar prioridade ao desenvolvimento da capacidade de auto-suficiência comunicacional; encorajar a produção e distribuição de produtos culturais em nível nacional; estabelecer imprensa comunitária em áreas rurais; estabelecer políticas nacionais para fortalecer a identidade cultural e a criatividade; dar

³ A correlação que se estabeleceu entre sociedade da informação e Ciência da Informação é tão marcante que Heilprin (1989, apud Pinheiro, 1997) chega a considerar que Machlup, com seu estudo sobre a produção e distribuição do conhecimento nos EUA, foi precursor desta ciência.

preferência a formas não comerciais de comunicação e informação; contribuir para os direitos humanos via os meios de comunicação de massas; experimentar novas formas de envolvimento público na gestão dos meios de comunicação de massas; encorajar todas as formas de cooperação entre profissionais dos meios de comunicação e suas associações para aumentar o conhecimento entre nações e culturas; melhorar a distribuição internacional do espectro de radiofrequência; estabelecer regulamentação sobre o fluxo de dados e de comunicação transfronteiras. (SURPRENANT, 1985; UNESCO, 1987)

Obviamente, a implementação de tais diretrizes implicaria profundas modificações em áreas sensíveis da economia e da política internacionais, atingindo muitos interesses de corporações transnacionais e de governos dos países centrais capitalistas. Liderados pelos EUA, esses países apresentavam, como contraproposta de enfrentamento das inegáveis desigualdades informacionais, acordos bilaterais para implantação de infra-estruturas de informação nos países periféricos. Argumentavam pelo *livre fluxo da informação*, contrapondo-a às tentativas de regulamentação dos fluxos informacionais. Tais argumentos não sensibilizaram os integrantes do movimento pela NOII, por considerarem que sua implementação apenas garantiria a continuidade das relações informacionais anteriores, além de reproduzir a dependência tecnológica preexistente. A proposta dos países centrais, assim como a vasta literatura da *computopia*, baseava-se na idéia de que as tecnologias de informação trariam *per se* democracia e bem-estar social. Situamos aí as origens do atual discurso do *livre fluxo da informação* e da *infra-estrutura informacional global*, que hoje povoa o discurso da SI.

A argumentação dos países centrais os apresentava como paladinos da liberdade, tratando a proposta da NOII como o “resultado de uma conspiração totalitária destinada a implantar a censura a nível planetário” (REMO, 1984) Mas o insuspeito ex-candidato à presidência dos EUA, George McGovern, esclarece uma das principais motivações da posição norte-americana na época:

Uma forma de “atacar” uma nação que, como os EUA, dependa muitíssimo da informação e da comunicação, é restringir a circulação de informação interrompendo o contato entre a sede central e as filiais no exterior de uma empresa multinacional, impondo barreiras às telecomunicações através das fronteiras, levantando muros informacionais em torno da mesma. (Información es poder. **Altercom** – Informe Especial, Santiago, v. 3, p. 17-18, jul./set. 1983. Extratos do documento **Flujos de datos transfronteros**: contexto y consecuencias. IBI, jun. 1980.)

O órgão da ONU que terminou por concentrar a maior parte dos debates sobre a informação foi a UNESCO, que tem como objetos a comunicação, a cultura e a informação no âmbito internacional. Seu grande fórum foi a Comissão MacBride, que investigava a situação mundial da informação e da comunicação. (UNESCO, 1980) O relatório final e sua votação cristalizaram as posições em xeque. Um dos principais focos da divergência na UNESCO era exatamente o sentido da abordagem da informação: como mercadoria, propriedade privada ou como bem social, produto cultural da humanidade.

Em publicação que relata encontros internacionais por uma NOII editada pela UNESCO, encontramos: “informação é um produto social e não comercial [...] Informação é, ao

mesmo tempo, uma necessidade social e um elemento essencial no pleno exercício dos direitos humanos. (UNESCO, 1987)

A PROPOSTA DA NOII E A ÁREA DE INFORMAÇÃO

Muito próximo ao espírito da proposta de uma NOII se desenvolviam os programas da UNESCO voltados para a informação documentária, especialmente o *Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica* (UNISIST), discutido desde 1966 e lançado em 1972. Em 1972 também é lançado o conceito de *Sistema Nacional de Informação* (NATIS) que tencionava racionalizar as atividades de documentação, bibliotecas e arquivos nos âmbitos nacionais para viabilização do UNISIST. (JARDIM, 1995, p. 19) A concepção sistêmica e centralizada não vingou, tanto internamente aos países quanto internacionalmente, voltando-se as atividades da UNESCO a respaldar políticas nacionais de informação. Mas sua abordagem inicial, assim como a da *Federação Internacional de Documentação* (FID), centrava-se na concepção de cooperação voluntária internacional e na informação como bem da humanidade, buscando alargar o espectro das informações consideradas socialmente relevantes, incluindo informações culturais e para a cidadania. (PINHEIRO, 1997, p. 78-79) Posições que se mostraram crescentemente difíceis de sustentar em conjunturas político-econômicas cada vez mais adversas.

Dentre as perspectivas centrais da UNESCO no que toca a informação até a década de 80, ressaltava-se a forte relação entre informação e desenvolvimento econômico, cunhando-se aí a expressão *informação para o desenvolvimento*, pautando as iniciativas da entidade para os países periféricos.⁴

Nos debates especificamente voltados para as prioridades da NOII, a área de informação não chegou a ser tratada mais profundamente. Mesmo nas décadas de 70 e 80, quando a proposta de NOII estava fortalecida, tanto as reflexões desenvolvidas no seio do movimento pouco cobriam questões ligadas às bibliotecas, arquivos e centros de documentação, quanto a área de informação pouco se envolveu no debate informacional, como podemos depreender da escassa produção bibliográfica indexada na base LISA que se utiliza da expressão NOII ou expressões correlatas: Na base LISA encontramos 4 referências em *free text*, 3 no campo *assunto* e 1 no título, distribuídos entre 1982 e 1995. Quanto à informação documentária, os debates da NOII apontavam para a importância de estabelecimento de centros de documentação com informações sobre os próprios países em desenvolvimento e centros regionais e sub-regionais com bancos de dados de informação técnica. Um dos poucos encontros voltados para o tema contou com a convocação de órgão da ONU. Este intitulou-se **Encontro de Centros de Documentação sobre Problemas do Terceiro Mundo** (1981), com a participação da FAO, no qual buscava-se abordar a documentação sob o ponto de vista de uma NOII.

O investimento do *ARIST* sobre o tema da NOII foi pequeno, como seria de se esperar, mas bastante estratégico. O artigo que centralmente tratou do tema foi publicado logo após o anúncio da retirada oficial dos EUA dos quadros da UNESCO, ainda que os

⁴ Ao final da década de 90, tal perspectiva passa a ser tratada como utópica, impraticável e mesmo ingênua em textos da área de informação, que até a década anterior se utilizava largamente do mesmo discurso desenvolvimentista. Essa designificação será aqui abordada.

debates internacionais sobre a informação já ocorressem há uma década. Com uma abordagem pretensamente neutra e lamentando as desavenças informacionais mundiais, não deixa de indicar textualmente sua posição discursiva desde o título: *Ameaça global à informação*. Alguns trechos:

[...] as atenções estão saindo dos problemas técnicos para as ramificações sociais, políticas e culturais envolvidas na sociedade da informação em âmbito mundial. [...] Três questões críticas têm emergido que ameaçam decompor o delicado equilíbrio entre nações e inibir seriamente o progresso rumo ao crescimento da qualidade de vida no mundo. Elas são: a alocação da radiofrequência, a nova ordem mundial da informação e comunicação (NOII) e o fluxo de dados transfronteiras (FDT). [...] Os profissionais da informação precisam estar atentos a estas questões porque elas podem interromper ou restringir seriamente o fluxo de informações em nível mundial. Há um perigo real que uma “guerra informacional” se torne realidade ao final da década. [...] uma compreensão das duas abordagens ideológicas é crucial. A abordagem dos direitos humanos assume que a comunicação é uma forma concreta de liberdade de expressão e resulta então em livre disseminação da informação e das idéias. A outra abordagem trata da necessidade de respeitar os direitos soberanos de cada nação. [...] Desta forma, as duas abordagens podem ser caracterizadas como livre e desacorrenada disseminação da informação vs. direitos dos Estados ou soberania [...]. Abandonar fóruns internacionais sem justificativa suficiente apenas aumenta as tensões e permite que o adversário não enfrente nenhuma oposição (SURPRENANT, 1985, p. 3, 4, 8, 18)

Em outro texto sobre o mesmo tema, publicado em outro periódico dois anos depois, Surprenant (1987, p. 58) afirma que “liberdade de imprensa e acesso à informação é uma concepção ideológica não necessariamente partilhada igualmente por todas as nações. Para os EUA este é um valor inviolável [...]”.

A proposta dos países centrais também se fez representar na área de informação por Edwards (1987/88), em trabalho apresentado na **Sino-American Conference on Library Information Technology** de 1987 em Taiwan, posteriormente publicado no periódico **Information Society**. Nele afirmava:

O fluxo aberto e compartilhado de informação é essencial para o progresso econômico e científico e liberdade das nações tanto quanto a promoção da paz e harmonia internacionais. Hoje, mais e mais nações estão desenvolvendo políticas restritivas de informação para manter seu status político, cultural e econômico. Este fenômeno é chamado de “protecionismo informacional” e várias medidas cooperativas estão sendo tomadas para garantir a troca aberta de idéias e informação e para a criação de uma política de interdependência informacional global (EDWARDS, 1987).

Ao aumento dos movimentos políticos, tanto nacional quanto internacionalmente os países capitalistas centrais endereçaram uma resposta conservadora nos anos 80 – Era Thatcher/Reagan. Junto às políticas deflacionárias monetaristas foram agregadas a desregulamentação dos mercados e uma grande ofensiva ideológico-militar contra a URSS. Os anos 80 – década da restauração conservadora – marcam a retomada da hegemonia norte-americana, que culmina, nos anos 90, com a queda do socialismo europeu. Com ele cai também a interlocução política e econômica que fornecia um *outro*

discursivo, incluindo o plano teórico, aos discursos dominantes no campo capitalista. Estavam dadas as possibilidades históricas rumo ao *consenso*, quase sempre baseado no *de Washington*, no qual, em 1993, foi estabelecido o projeto internacional de modernização do capitalismo a ser implementado via FMI e Banco Mundial.

O endurecimento das posições norte-americanas se faz sentir no sistema ONU: o abandono da UNESCO pelos EUA foi precedido por discordâncias daquele país em vários de seus órgãos.⁵ A saída dos EUA de Reagan em 1984 e da Grã-Bretanha de Thatcher no ano seguinte, alegando o que chamaram de *excessiva politização* da organização, privaram a UNESCO de 30% de seu orçamento. As dificuldades econômicas passaram a impedir a concretização de vários projetos. (MARQUES, 1985) O enfraquecimento político e financeiro da UNESCO, aliado ao fortalecimento das propostas dos EUA nas instâncias econômico-financeiras da ONU, fez com que hoje boa parte das iniciativas culturais e educativas para os países periféricos, antes prioritariamente assumidas por aquele órgão, estejam atualmente nas mãos do Banco Mundial e FMI.

O auxílio financeiro para o estabelecimento de infra-estrutura de informação vem sendo crescentemente oferecido pelo Banco Mundial onde, já em 1988, os EUA controlavam 20% dos votos, além de deter poder de veto. Além dos auxílios serem acompanhados de numerosas condições nem sempre vantajosas para seus “beneficiados” – as mais comuns eram concessões comerciais, hoje se concentrando nas políticas nacionais de informação e educação – e os países que se encontram no “campo errado” não os obtêm. (PHILIP; TSOI, 1988, p. 333)

Porém as áreas de comunicação e informação seguem sendo abordadas pela UNESCO, que por sua vez, apesar de manter certo verniz discursivo dos tempos da NOII, passou a assumir a retórica dos *novos tempos* e mesmo as propostas sobre informação anteriormente derrotadas. Vejamos como isto se dá na área de informação.

A VITÓRIA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Hoje, tanto a UNESCO quanto a FID partilham do discurso da SI que, como vimos, foi utilizado como contraponto à NOII.

O tema escolhido para esta Conferência; “Globalização da informação: a Sociedade da Informação em Rede”, claramente mostra que a FID está na dianteira dos novos tempos. [...] Sem dúvida, a longa história de cooperação forte e amigável entre as duas organizações irá prosseguir no novo contexto estabelecido pela promissora sociedade da informação. (COURRIER; YVES, 1996)

A FID atualmente inclui em suas publicações temas centrais “privatizantes” como inteligência competitiva e, em documento sobre estratégias nacionais em políticas de informática consubstanciando estudo financiado pela UNESCO, baseia-se nos conceitos de SI e Sociedade do Conhecimento. (cf. FID, 1999) E na década de 90 encontramos a UNESCO adotando o discurso dos *novos tempos* e empenhada na implantação das *superestruturas globais de informação*, como propunham os países centrais.

⁵ No ano de 1984, os EUA votaram a favor de apenas 14% das resoluções aprovadas pela maior parte dos Estados membros, contra 21% em 1983. (EUA votam contra resoluções da ONU. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 78, p. 13, maio 1985).

[...] “multimeios” e a “auto-estrada informacional” irão conduzir a espécie humana rumo à “Idade da Informação”, à sociedade global baseada no conhecimento. [...] A combinação dos vários avanços tecnológicos está contribuindo para o que é anunciado como uma explosão informacional direcionando a uma profunda transformação social similar ao início da era industrial. [...] Mercados para novas informações e serviços interativos estão sendo ativamente explorados; provedores e distribuidores de informação estão buscando expandir suas atividades por sobre suas fronteiras tradicionais. [...] Em resumo, novas aplicações de tecnologias de informação e comunicação podem ser instrumental para basear um desenvolvimento verdadeiramente centrado no homem. [...] O principal foco da ação da UNESCO neste campo é o Major Programme IV: “Comunicação e Informação”. A principal inovação neste programa, que reflete a aceleração da convergência tecnológica entre comunicação, informação e informática, é a extensão do princípio do “livre fluxo” a todos os tipos de informação [...] (YUSHKIAVITSHUS, 1996)

Nota-se que à “tecnologia apropriada da NOII sucede-se o avanço tecnológico da SI, da mesma forma que à soberania cultural e política dos povos, sucedem-se os mercados transfronteiras e o princípio do livre fluxo”.

Apesar da mudança de rumos das políticas de informação apoiadas ou implementadas pela UNESCO, encontramos indícios de pressões para que tal mudança se aprofunde. Johnson (1998), alegando que a “emergência da SI apresenta oportunidade única para que as bibliotecas e serviços de informação galguem posições mais significativas para si na sociedade”, considera importante que a UNESCO, nas atividades desenvolvidas no campo da formação de profissionais da informação, absorva a atual tendência internacional das escolas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação de “engajarem-se em editoração, comunicação corporativa, sistemas de informação computadorizados ou gestão do conhecimento”. Considera que a formação profissional incentivada pela UNESCO deve “auxiliar nossos estudantes a desenvolverem uma forte compreensão do papel da informação como percebida pela alta gestão. [...] é necessário passar essa compreensão para os estudantes” (JOHNSON, 1998, p. 240).

As atuais práticas da ONU relacionadas à SI não escondem sua dimensão de infraestrutura para fins econômicos e comerciais, notando-se nelas a assimilação e implantação neste órgão as propostas dos países centrais inicialmente derrotadas.

Quanto à área de informação, hoje chegamos a encontrar em textos referências a uma “nova ordem internacional da informação” no sentido dos contextos informacionais da globalização e das novas tecnologias, ratificando a derrota histórica da proposta original de uma NOII, que sai do campo discursivo do debate político e se insere no campo discursivo de “atual estágio da humanidade” naturalizado.

A derrota da proposta que reforçava os sentidos socializantes da informação e seus sucessivos apagamentos permitiram a hegemonização dos projetos dos países centrais capitalistas para a informação, assim como os sentidos privatizantes que os justificam. A concretização destes projetos tem vindo na forma de planos nacionais e regionais de implementação da SI, com forte apoio da área de informação e de outros setores acadêmicos.

OS INTELLECTUAIS E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Bourdieu (1998), analisando alguns processos da hegemonização do discurso neoliberal e seu corolário teorizante, fala de um verdadeiro *pool* entre intelectuais, jornalistas e homens de negócios para “revestir com racionalizações econômicas os pressupostos mais clássicos do pensamento conservador de todos os tempos e de todos os países”. (BOURDIEU, 1998, p. 43) Chama a esse processo de repetição de teses e noções de *conta-gotas simbólico*, ressaltando o papel de alguns intelectuais neste trabalho. Mesmo porque passam a ser necessárias novas teorias sociais para os *novos tempos*.

Essas novas teorizações inclusive fornecem as bases conceituais para se pensar em um *Estado “instituidor” ou “inventor” de sociedade*⁶ – subversão total das “velhas” teorias do Estado –, o que se torna necessário para se pensar no Estado planejando e implementando “modelos de sociedade”, no caso, a SI.

Os discursos da construção da SI nos países periféricos, ao se investirem da discursividade salvacionista de superação do *gap informacional*, *fuga da exclusão* etc. passam a assumir, mesmo que inconscientemente por parte de seus enunciadores, importante papel no estabelecimento da nova *tutela civilizatória* empreendida pelos países centrais.

No Brasil, o discurso dominante na área de informação muito vem contribuindo para a construção da SI. No *Programa de Trabalho e Manifestação de Princípios* da chapa 01 para o mandato 2000/2003 da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação), encontramos:

Refletir o futuro em nossa área, significa elaborar articulações para inserção da tecnologia e dos preceitos da Sociedade da Informação em nosso agir cotidiano. [...] Consideramos itens relevantes do nosso programa: [...] a ANCIB deve gerar conhecimentos que ajudem o Brasil a responder aos desafios colocados pela Sociedade da Informação. Qual é o papel da pesquisa em Ciência da Informação na Sociedade da Informação? O que deveríamos pesquisar relacionado à Sociedade da Informação? (Chapa 01 ANCIB, **Programa de Trabalho e Manifestação de Princípios**, 2000)

Notamos que internamente esse discurso assumiu proporções maiores que no plano internacional. Analisando a forma de abordagem da noção de SI na literatura indexada pela base LISA encontramos quase um terço de textos que a utilizam criticamente. Tal não vem se dando no Brasil, onde este discurso vem encontrando muito poucos críticos na área de informação e onde a noção de SI passou a desfrutar do *status* de “estágio social” inevitável e desejável.

Um exemplo de crítica à SI é texto de Drahos (1995). Este autor rompe com a animização e a reificação da tecnologia, reconhecendo nelas o determinismo tecnológico, que define como crença de que a tecnologia é diretriz causal de mudanças sociais. Analisa as tendências políticas dos rumos dados por **forças sociais** à chamada SI. Aponta como principais agentes nesse processo os governos, o comércio internacional, além de organismos como OMC, FMI e Banco Mundial, num quadro de hegemonia internacional

⁶ Baseado em comentário de José Maria Jardim a nossa apresentação em Seminário de Pesquisa do NEINFO-UFF (Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Informação da Univ. Fed. Fluminense), em 19.05.99.

dos EUA, que estabelece a agenda de implantação. Denuncia que o programa U.S. National Information Infrastructure Initiative, de 1993, já demonstrou quem vai realmente dirigir o processo, tomando as decisões cruciais, excluindo a sociedade organizada.⁷

Mas consideramos que este autor se engana sobre o tipo de influência que os EUA exerceram sobre os demais países na iniciativa de implantação da “supervia” de informação. Afirma que *os EUA*, “simplesmente por propor a iniciativa, levaram outros países a imitá-los”. Como vimos pelos relatos da longa luta dos EUA pela desregulamentação dos fluxos informacionais e contra as concepções ligadas a uma NOII – vitoriosa com a retomada histórica de sua hegemonia na cena internacional – não houve uma mera “imitação”, mas uma derrota política, econômica e – como constatamos (FREITAS, 2001) – discursivo-ideológica.

Drahos analisa ainda que a *supervia* tende cada vez mais a ser sinônimo de comércio de informação em níveis nunca vistos, afetando duas áreas de regulação: telecomunicações – desregulamentada pelos governos e regulada pela iniciativa privada – e propriedade intelectual – crescentemente regulamentada, desregulamentando os obstáculos. (cf. Drahos, 1995, p. 213) Por isso acha uma fina ironia que a comercialização da cultura e da informação, embutida nos projetos de SI, funde sua argumentação no discurso da liberdade de expressão e do livre fluxo da informação. Constata que setores da economia diversos dos da informação promoveram e se beneficiam da desregulamentação e integração das economias e adverte da importância de se analisar como o direito de propriedade intelectual ameaça o direito à informação.⁸

CONCLUSÃO PROVISÓRIA

Não nos interessa, no âmbito deste artigo, avaliar se as aspirações que eclodiram em órgãos internacionais por uma NOEI ou por uma NOII teriam ou não possibilidades históricas de se implantar. Porém, não afirmamos o caráter *utópico, irrealista* ou *ingênuo* daquelas aspirações. Orlandi (1999) mostra como *sentidos estancados, evitados, des-significados, tornados sem-sentido*, terminam por ser *desmoralizados, amolecidos, inviabilizados e postos fora do discurso: interdição política que toma a forma do impossível*. (ORLANDI, 1999, p. 62, 63 e 71). Uma questão de memória discursiva.

Apenas ressaltamos que aquelas aspirações afloraram das próprias contradições internas do capitalismo, tanto concretas – nas relações centro/periferia – quanto ideológicas – como os (irrealizáveis?) ideais burgueses de igualdade, fraternidade e liberdade. Estas contradições não terminaram, mas atualmente estão encobertas pela larga vitória obtida pelo conservadorismo nos campos político, econômico e discursivo-ideológico.

O corolário de sentidos da luta por uma NOII e do desenvolvimentismo se apaga com eles:

⁷ No Brasil não tem sido diferente. À ínfima participação de setores sociais organizados se soma a escassa divulgação das diversas etapas do lançamento das bases do Programa SOCINFO brasileiro. No próprio *Livro Verde* (MCT, 2000) está explicitado que as chamadas “consultas públicas” não passam de estratégia de *marketing*: *Consulta pública: [...] amplo processo de divulgação da iniciativa [...] iniciativa muito bem planejada e de imensa utilidade para lograr consenso e apoio geral*. (MCT, 2000, p. 107)

Algo bem diverso da democratização do debate ou do planejamento ...

⁸ Trabalho posteriormente iniciado por Clarke (1999).

cooperação, equilíbrio de fluxos, independência tecnológica, informação como bem social, controles nacionais, tecnologia apropriada etc. Restam os sentidos vitoriosos e sua glorificação: infra-estrutura informacional global, competição internacional, desregulamentação, democratização via tecnologia, capital humano, educação-treinamento, privatização, informação-mercadoria etc.

Mas, como os fatos não cessam de nos lembrar, a história não acabou. Nem o movimento dos sentidos.

Abstract

This article deals with the notion of Information Society, frequently used by the field of information (Information Science, Library Science and Archivology), by delineating the historical-sociological context of information practices in contemporary society. It seeks the historical origins, the theoretical foundation and analyses its relations with the informational field, indicating the political involvement in the historical trajectory of the notion.

Key words

**INFORMATION SOCIETY
INFORMATION AND POLITICS
NEW INTERNATIONAL INFORMATION ORDER
SOCIO-HISTORICAL CONTEXTS OF INFORMATION**

REFERÊNCIAS

AINES, Andrew. Internationalization of scientific na technical information programs: opportunity and challenge. *In*: KOCHEN, M. (org.) **Information for action: from knowledge to wisdom**. London: Academic Press, 1975. p. 139-152.

ALA. **The information society: issues and answers**. Phoenix: Oryx Press, 1978.

ARAÚJO, Eliany A. de. **Sociedade de Informação: espaço da palavra onde o silêncio mora?** São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1996. 9 p. (Ensaio APB; 31)

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CHRISTÓVÃO, Heloísa Tardin. **Da comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, IBICT, 1979.

CLARKE, Roger. Freedom of information? The Internet as Harbinger of the new dark ages. **First Monday**, v. 4, n. 11, nov. 1999. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue4_11/clarke/index.html>

DRAHOS, Peter. Information feudalism in the information society. **The Information Society**, London, v. 11, p. 209-222, 1995.

DRUKER, Peter F. **The age of Discontinuity**: guidelines to our changing society. London: Heinemann, 1969.

DUFF, Alistar S. The 'information society' as paradigm: a bibliometric inquiry. **Journal of Information Science**, v. 21, n. 5, p. 390-395, 1995.

DUFF, A.; CRAIG, D.; McNEILL, D. A note on the origins of the 'information society'. **Journal of Information Science**, Sussex, v. 22, n. 2, p. 117-122, 1996.

ECONLIT, American Economic Association, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.cdrompro.com.br/ufrij>>

EDWARDS, Lee. Information protectionism: a clear and present danger. **Information Society**, v. 5, n. 3, p. 161-168. 1987/88.

FID. **National informatics policies and strategies**: report on a study carried out on behalf of UNESCO. The Hague, abr. 1999.

FINLAY, Marike. Poder e controle nos discursos sobre as novas tecnologias de comunicação. In: FADUL, Anamaria (org.). **Novas tecnologias de comunicação**: impactos políticos, culturais e sócio-econômicos. São Paulo: Summus/Intercom, 1986. p.35-56.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

FREITAS, Lídia S. de. A informação, o Estado e as teorias sobre o capitalismo contemporâneo. Seminário de Estudos da Informação, 2. **Anais...** Niterói, NEINFO/ANCIB-Região Sudeste, nov. 1998. p. 127-139. (Doc. eletrônico)

_____. **Na teia dos sentidos**: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação - Área de Ciência da Informação). São Paulo, ECA-USP, 2001.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science applying the actor network theory. Paper apresentado no 23rd Annual Conference of Canadian Association for Information Science. Edmonton, Alberta, jun. 1995. (print)

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYASHI, Yujiro. **The Information Society: from hard to soft**. Tokyo: Kodansha Gendai Shinso, 1969.

HEILPRIN, Laurence B. Foundations of Information Science reexamined. **ARIST**, Washington, v. 24, p. 343-372, 1989.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

JOHNSON, Ian M. UNESCO and human resource development for the 'Information Society'. **Education for Information**, Manchester, v. 16, n. 3, p. 237-242, set. 1998.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Debates; 115)

LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE ABSTRACTS (LISA PLUS). United Kingdon: Bowper Saur, Spring 2000. Compact Disk, Digital Data NLM0003-4. ISSN: 0966-8799.

MACHLUP, F. **The Production and Distribution of Knowledge in the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1962.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Pontes, 1993.

MARQUES, Guiomar B. A chantagem dos dólares. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 82-84, abril 1985.

MASUDA, Yoneji. **Introdução à Sociedade da Informação**. Tokyo: Perikan-Sha, 1968.

_____. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Rio/Embratel, /1980/.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sociedade da Informação no Brasil: livro verde**. Brasília: MCT, 2000.

ORLANDI, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-71.

PARKER, Edwin B. Information and society. **ARIST**, Washington, v. 8, p. 345-373, 1973.

PARKER, E. B.; PORAT, M. U. OCDE Informatics Studies: Proceedings of the OCDE Conference on Computer and Telecommunications Policy. Paris, fev. 1975, p. 87-129.

PÊCHEUX, Michael. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PHILIP, George; TSOI, Shao H. Regulation and deregulation of telecommunications: the economic and political realities. Part III: Japan, the Pacific Basin and less developed countries. **Journal of Information Science**, Amsterdam, v. 14, n. 6, p. 329-334, 1988.

PINHEIRO, Lena Vânia R. **A Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Tese de Doutorado em Comunicação. ECO-UFRJ, 1997.

_____. Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>.

POERNER, Arthur José. A ONU chega à idade da razão. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 83, p. 64-66, out. 1985.

PORAT, M.U. *The Information Economy*. Washington, DC: US Department of Commerce – Office of Telecommunications, 1977.

REMO, Roberto. Acender uma vela. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 70, p. 28-30, set. 1984.

RODRIGUES, Maria da Paz Lins. **Estudo das citações constantes das dissertações de mestrado em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. IBCT, 1981.

ROSZAK, Theodore. **O culto da informação**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SCHILLER, Herbert I. **Information and the crisis economy**. Norwood, NJ: Ablex, 1984.

SERVAN-SCHREIBER. **American Challenge**. 1968.

SURPRENANT, Thomas T. Global threats to information. **ARIST**, Washington, n.20, p. 3-25, 1985.

_____. Problems and trends in international information and communication policies. **Information Processing e Management**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 47-64, jan./fev. 1987.

TSAY, Ming-yueh. The impact of the concept of post-industrial society and information society: a citation analysis study. **Scintometrics**, Budapest, v. 33, n. 3, p. 329-350, jul./ago. 1995.

UNESCO. **Communication and society**: a documentary history of a new world information and communication order seen an evolving and continuous process, 1975 - 1986. Paris, UNESCO, /1987/.

_____. **Un solo mundo, voces multiples**: comunicación e información en nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura/UNESCO, 1980. (Informe da Comissão Internacional sobre problemas da comunicação, presidida por Sean Mac Bride.)

WEBSTER, Frank. **Theories of the information society**. London/New York: Routedge, 1995.

_____. What information society? **The Information Society**, London, v.10, n.1, p. 1-23, jan./marc. 1994.

WILLIAMS, Roger; MILLS, Stephen (ed.). **Public acceptance of New Technologies**: an international review. London: Croon Helm, 1986.

YUSHKIAVITSHUS, Henrikas. The new applications of information and communications technologies: impact of multimedia and information highways on UNESCO's field of competence. **INFOLAC**, Caracas, v. 9, n. 1, p. 2-6, 1996.

Agradecemos as sempre gentis e competentes sugestões de Nicolas Alexandria.